



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, para prever que a postulação a Tribunais de Contas é atividade privativa de advocacia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 1º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º**

I – a postulação a órgão do Poder Judiciário, aos juizados especiais e a Tribunais de Contas;

.....” (NR)

Art. 2º O art. 103 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação, convertendo-se o atual parágrafo único como § 1º:

Art. 103. A parte será representada em juízo e perante os Tribunais de Contas por advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 1º

§ 2º Será nomeado advogado dativo ou defensor público à parte que não estiver representada por advogado perante os Tribunais de Contas. ” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 14.365, de 2 junho de 2022, produziu significativas mudanças no Estatuto da Advocacia, no Código de Processo Civil e no Código de Processo Penal, de modo a incluir disposições sobre a atividade privativa de advogado, a fiscalização, a competência, as prerrogativas, as sociedades de advogados, o advogado associado, os honorários advocatícios, os limites de impedimentos ao exercício da advocacia e a suspensão de prazo no processo penal.

Embora tenham sido realizadas mudanças significativas, faltou previsão normativa quanto à obrigatória participação de advogado perante os Tribunais de Contas. Como forma de se viabilizar esse direito fundamental à ampla defesa, sugerimos modificar o inciso I do *caput* do art. 1º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), para que também a postulação aos Tribunais de Contas passe a ser atividade privativa de advocacia, de forma que os interesses de responsável arrolado em processos que tramitam nos órgãos de controle externo sejam obrigatoriamente patrocinados por advogado.

É importante destacar que a proposta não acarretará ônus adicional para as partes, uma vez que seguirá as normas já previstas na legislação vigente. Atualmente, nos processos judiciais, a pessoa que optar por não contratar advogado é assistida por um defensor nomeado pelo Estado, seja por meio de defensor público ou advogado dativo. Da mesma forma, a aplicação deste modelo no âmbito dos Tribunais de Contas garantirá o direito à ampla defesa sem comprometer os recursos das partes envolvidas, assegurando que a assistência jurídica seja prestada de maneira gratuita a quem dela necessitar.

Diante do exposto, da sensibilidade e do interesse público envolvidos nesta proposição, peço aos nobres Senadores e Senadoras apoio para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador CARLOS PORTINHO